

634.0.0(679.74) Eng-F-52

Cos

01/07



**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal  
Departamento de Engenharia Florestal**

EMF-52

23562



**Projecto Final**

**Análise dos Modelos de Gestão dos  
Recursos Florestais no Distrito de  
Cheringoma**

**Autora: Márcia Stella Mataria Cossa**

**Supervisor: Luís Jeremias Nhamucho**

**Maputo, Outubro de 2006**

**DEDICATÓRIA**

*Dedico este trabalho:*

- *À memória do meu pai Cipriano Eugénio Cossa,*
- *À minha mãe Maria Joaquina Melcano Mataria Cossa e*
- *Aos meus irmãos: Arcélia, Hercília, Lígia, Denise e Júnior.*

**AGRADECIMENTOS**

*Agradeço primeiro a Deus, por me manter viva e com forças para realizar este trabalho;*

*Ao meu supervisor, Engenheiro Luís Nhamucho, pela paciência, dedicação e correcções que fez durante a execução do trabalho;*

*Ao Dr. Bila, pela dedicada orientação que me deu ao longo de todo o trabalho;*

*Ao Sr. Constantino, pelo apoio que me deu na recolha de dados em Cheringoma;*

*À direcção provincial de agricultura de Cheringoma, em especial ao DDA adjunto, Sr. Samajo e ao Sr. Sidumo, pela disponibilidade e informação dada e ao administrador do distrito, Henriques Bonjece, pelo apoio concedido.*

*À DPA de Sofala, pelo apoio dado para a recolha dos dados, particularmente ao engenheiro Hermenegildo Jorge e ao Sr. Sabudo Bechane, pelas informações fornecidas e disponibilidade na clarificação de algumas dúvidas;*

*Aos colegas de turma e amigos: Jaime Nhamirre, Mércia Fi, Maria Muianga, Viviane Banze, Deuklésia Cunat, John Eduardo, Mirna Monteiro, Rui Mirira e Maria Fernanda, pelo apoio dado ao longo do curso e na execução do trabalho.*

*Aos meus tios, amigos e demais colegas, que directa ou indirectamente contribuíram na execução do trabalho, quer com apoio moral ou financeiro.*

*A todos vocês aqui vai o meu*

*Muito obrigada!*

## RESUMO

O presente trabalho foi realizado no Distrito de Cheringoma, província de Sofala, com o objectivo de analisar os modelos de gestão dos recursos florestais existentes no distrito. Para a concretização deste objectivo foram realizadas entrevistas semi-estruturadas, observações directas no terreno e revisão de literatura sobre o tema. Para as entrevistas, foram seleccionadas 3 das 5 concessões florestais existentes e aleatoriamente entrevistou-se as famílias que vivem ao redor destas concessões, foram uma média de 30 famílias por concessão.

Os resultados mostram que no distrito de Cheringoma a gestão é feita com base no modelo de gestão que envolve a parceria entre o governo, comunidades e concessionários. As comunidades ainda não estão organizadas em comités de gestão e portanto ainda não se fala em grupos de gestão comunitária. Esta situação justifica o elevado nível de desorganização observada no processo de exploração dos recursos florestais pelas comunidades locais. Cerca de 43% da população não tem noção da necessidade de fazer uma gestão sustentável dos recursos florestais e toda a população tem a floresta como a principal fonte dos recursos que precisa para o seu quotidiano.

Associando o mau uso dos recursos com a necessidade destes permanecerem para as gerações futuras, concluiu-se que em Cheringoma, há uma necessidade urgente de implementação da estratégia do manejo comunitário para gestão dos recursos florestais da zona.

Para que as comunidades se organizem e tenham consciência da importância da gestão sustentável destes recursos recomenda-se que estas sejam treinadas em técnicas de liderança, administração financeira e utilização sustentável dos recursos naturais. Quanto aos concessionários, o governo deverá ter uma maior fiscalização quanto ao cumprimento das promessas feitas nos planos de manejo pois estes têm sido a principal causa do descontentamento das comunidades locais.

## **LISTA DE ABREVIATURAS & ACRÓNIMOS**

CGC	Comité de Gestão Comunitária
COGEP	Conselho de Gestão Participativa
OCB's	Organizações Comunitárias de Base
DNFFB	Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia
DEF	Departamento da Engenharia Florestal
FAEF	Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal
IUCN	União Mundial para a Conservação da Natureza
LFFB	Lei de Florestas e Fauna Bravia
MCRN	Manejo Comunitário dos Recursos Naturais
MICOA	Ministério para a Coordenação da Acção Ambiental
ONG's	Organizações não Governamentais
ORAM	Organização Rural para Ajuda Mutua
RLFFB	Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia
SPFFB	Serviços Provinciais de Florestas e Fauna Bravia

## **LISTA DE TABELAS E GRÁFICO**

Tabela 1: Divisão administrativa do distrito de Cheringoma

Tabela 2: Número de famílias entrevistadas por concessão

Tabela 3: Principais actividades realizadas

Tabela 4: Principais Recursos Florestais manejados no distrito

Gráfico 1: Principais recursos explorados

## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO .....	1
1.1. Antecedentes.....	1
1.2. Fundamentação.....	2
1.3. Objectivos.....	3
1.3.1. Geral.....	3
1.3.2. Específicos .....	3
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	4
2.2. Importância do sector florestal em Moçambique.....	4
2.3. Sistemas de maneio dos recursos naturais.....	5
2.3.1. Maneio comunitário de recursos naturais em Moçambique.....	7
2.4. Exploração florestal, transporte e utilização dos produtos florestais.....	9
2.5. Impacto da indústria florestal nas comunidades locais.....	10
2.6. Problemas gerais do maneio sustentável.....	12
2.6.1. A pobreza e o analfabetismo .....	12
2.6.2. Posse de terra.....	12
2.6.3. Queimadas descontroladas .....	13
2.7. Vantagens associadas ao Maneio comunitário.....	14
2.7.1. Parcerias entre concessionários e comunidades.....	14
2.7.2. Distribuição dos 20% da taxa de exploração.....	15
3. DESCRIÇÃO DA ÁREA .....	16
3.1. Localização geográfica e divisão administrativa .....	16
3.2. Aspectos biofísicos .....	16
3.3. Aspectos socio-económicos.....	18
3.3.1. População e principais actividades económicas.....	18
3.3.2. Infra-estruturas .....	19
4. MATERIAIS E MÉTODOS.....	20
4.1. Fase preliminar .....	20
4.2. Fase de campo .....	22
4.3. Análise e processamento dos dados .....	22
5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	23
5.1. Aproveitamento dos recursos florestais.....	23
5.2. Práticas de maneio e conservação dos recursos existentes.....	27
5.3. Modelos de gestão dos recursos Florestais: intervenientes e grau de intervenção.....	30
5.4. Iniciativas locais com vista a melhorar a actual situação .....	32
6. CONCLUSÕES .....	34
7. RECOMENDAÇÕES .....	35
8. BIBLIOGRAFIA .....	36
9. ANEXOS.....	40

## **1. INTRODUÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO**

### **1.1. Antecedentes**

A floresta é a base de sustento de muitas comunidades e o seu uso desregrado e/ou não sustentável pode causar a extinção deste recurso tão importante. Assim sendo, há necessidade de se fazer uma boa gestão dos recursos florestais já que não se pode privar as populações da utilização dos mesmos.

Segundo a Política e Estratégia de Desenvolvimento de Florestas e Fauna Bravia (1997), Moçambique tem cerca de 62 milhões de hectares (78% da superfície do país) coberto por formações florestais e mais de metade da população do país tem nas florestas a sua principal fonte de sustento. Esta situação tem contribuído grandemente para um uso não sustentável desses recursos, situação que pode levar a sua degradação e consequentemente comprometer a sobrevivência das futuras gerações (DNFFB, 1999).

De acordo com Matakala (1998), o maneio dos recursos florestais corresponde a um conjunto de regras e práticas que tem como objectivo o uso e aproveitamento dos mesmos de maneira que não se esgotem, de forma a servirem também para futuras gerações. O modo como se faz o uso dos recursos florestais é factor determinante no processo de construção de um desenvolvimento sustentável, sendo necessário que a sociedade incorpore a ideia de que os recursos florestais apenas estarão disponíveis, para ela e para gerações vindouras, se utilizados de modo racional e em consonância com os tempos necessários à sua reposição.

A floresta, por ser uma fonte imediata de produtos essenciais para as populações rurais e urbanas é um factor importante na economia nacional e portanto é importante que se efectuem boas estratégias (modelos) de gestão dos recursos de modo a fazer um uso correcto para desenvolver a economia e criar empregos nas zonas rurais.

Existem vários modelos de gestão mas este trabalho irá se focar em apenas 4, dnde o maneio comunitário faz parte. O maneio comunitário é uma estratégia adoptada pelo governo para o alcance do objectivo social traçado na Política para o Desenvolvimento

do Sector de Florestas e Fauna Bravia em 1997. Nhantumbo (2002), afirma que este modelo de maneio foi assumido como uma estratégia que permitirá a redução da pobreza através de um maior envolvimento da comunidade na gestão dos recursos e na partilha dos benefícios.

O presente trabalho visa analisar o(s) modelo(s) de gestão dos recursos florestais em uso no distrito de Cheringoma, província de Sofala. Este distrito possui um elevado potencial florestal e por isso existe um considerável número de empresas dedicando-se à exploração florestal no distrito.

## **1.2. Fundamentação**

Não havendo informação documentada sobre o(s) modelo(s) de gestão dos recursos florestais naquele local, há dúvidas sobre a forma como as empresas aí alouçadas, bem como as comunidades locais, fazem o aproveitamento desses recursos. Esta preocupação reside no facto de, caso a gestão não seja racional, esta poderá comprometer o equilíbrio ecológico do ecossistema do local. Espera-se que este trabalho possa trazer ao relevo as diferentes modalidades de gestão dos recursos florestais naquele distrito, o que poderá tornar possível a mudança dos procedimentos em uso caso sejam inapropriados ou a sua melhoria, caso sejam pouco eficientes, de modo a garantir a sustentabilidade dos recursos.

### **1.3. Objectivos**

#### **1.3.1. Geral**

- Fazer uma análise descritiva dos modelos de gestão dos recursos existentes no distrito de Cheringoma.

#### **1.3.2. Específicos**

- Analisar as formas de aproveitamento e conservação dos recursos florestais no distrito;
- Descrever o processo de interacção entre os concessionários, as comunidades e o estado;
- Identificar as melhores formas de aproveitamento e conservação dos recursos florestais para o distrito.

## 2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

### 2.2. Importância do sector florestal em Moçambique

As florestas são ecossistemas complexos e contribuem decisivamente na manutenção da natureza e dos seus fenómenos através da regulação dos caudais, recarregamento dos aquíferos subterrâneos, melhoria da qualidade e salubridade da água, asseguram a protecção do solo contra a erosão, promovendo a sua conservação, promovem a conservação de habitats e das espécies, sequestram o carbono e reduzem o efeito de estufa.

O sector florestal joga um papel extremamente importante para a economia e desenvolvimento do País, já que representa a fonte de alimentos, medicinas, energia e materiais de construção para a maioria da população moçambicana. Simultaneamente, a exploração comercial de madeira e a sua exportação representa uma importante fonte de divisas para o País. Neste contexto, é importante o desenvolvimento do sector, visando o uso sustentável dos recursos florestais (Sitoe, 2003).

Este sector, de acordo com Director Nacional de Florestas e Fauna Bravia, Eng. Arlito Cuco citado por FEMA (2003), este sector tem vindo a receber muita atenção de vários sectores incluindo do governo, facto catalizado pelos seguintes aspectos:

- Pobreza: A maior parte da população é extremamente pobre e vive nas zonas rurais. Apesar de ser um sector com grande contribuição na economia do país, tem uma produtividade muito baixa e não usa qualquer tipo de tecnologia;
- Fornecimento de energia: onde as florestas tem uma de cerca de 80% da energia consumida no país principalmente no sector familiar;
- Fonte alternativa de Subsistência das populações: As populações retiram das florestas os produtos florestais para o auto consumo e geração de receitas.

### **2.3. Sistemas de manejo dos recursos naturais**

Segundo Arnold (1999), um sistema de manejo é um conjunto de regras ou princípios que regulam o uso dos recursos naturais praticado por intervenientes que variam em composição desde uma aldeia ou aglomerados de aldeias a indivíduos ou grupos de indivíduos com um interesse comum nos recursos. De acordo com Wiersum (1999) citado por Manjate (2004), um sistema de manejo florestal para além de envolver práticas, também envolve o processo de tomada de decisões sobre os objectivos do manejo, a natureza das actividades a serem levadas a cabo por várias pessoas e o modelo de distribuição dos produtos florestais dentro da comunidade.

Manjate (2004), identifica os seguintes tipos de manejo em florestas:

- a) Maneio comunal
- b) Maneio comunitário
- c) Maneio Estatal
- d) Maneio privado

O manejo comunal é efectuado por grupos distintos que formam somente alguma parte da comunidade. Neste tipo de manejo, apenas um grupo possui o direito de propriedade, pode ser um grupo baseado em família, clã, grupos políticos, entre outros. A distribuição de benefícios está nas mãos de alguns membros da comunidade.

No manejo comunitário a gestão dos recursos naturais é feita por todos membros da comunidade ou a comunidade ao “todo”, incluindo grupos autorizados pela comunidade. A comunidade regula o acesso na base de conselhos locais de gestão e os recursos são exclusivamente da comunidade.

Estes grupos localmente eleitos têm o direito de excluir outros membros que não fazem parte, tomar decisões sobre o uso e conservação dos seus recursos e controlar a conduta dos seus membros face à gestão dos recursos. Os recursos detidos pela comunidade são de propriedade comum, uma vez que os direitos de uso pertencem a um grupo composto por indivíduos que podem regular o acesso e uso assim como excluir outros usuários

(Chilundo e Cau, 1999). Mais adiante são dados mais detalhes sobre este modelo de gestão.

No manejo Estatal, o Estado regula o acesso, concede o direito de uso mas fica com a propriedade. O usuário não pode vender e nem transferir os direitos e neste caso os recursos são propriedade do Estado.

No manejo privado, os direitos são do privado, o privado regula o acesso e uso dos recursos; pode exigir direitos para o uso e exclusão dos outros. Neste caso, o titular pode vender ou transferir os direitos de propriedade.

Por sua vez, Rodrigues (2001), também considera quatro modelos de gestão a saber:

- O primeiro (Modelo 1) na qual a empresa privada é a concessionária e controla totalmente o empreendimento, sendo o estado apenas o supervisor e as comunidades participantes passivos.
- O segundo (Modelo 2) onde estabelece-se uma parceria bipartidária entre o empresário e as comunidades locais e/ou o estado, visando a partilha das receitas das taxas cobradas e/ou dos lucros da operação comercial.
- O terceiro (Modelo 3) onde cria-se uma parceria tripartidária entre o privado (Investidor), o estado e as comunidades locais em que cada um entra com parte do capital, que pode ser em bens ou serviços, tendo uma proporção nos benefícios.
- E o quarto (Modelo 4), onde a gestão dos recursos é totalmente controlada pela comunidade que adquire instrumentos legais para posteriormente poder estabelecer parcerias se, tal for do seu interesse. Este modelo também é conhecido por manejo comunitário.

O governo, de acordo com o plano estratégico para o desenvolvimento (DNFFB, 1997), pretende difundir mais a implementação do manejo comunitário, como uma estratégia para um uso sustentável dos recursos florestais. Dai a necessidade de se falar deste modelo de manejo numa forma particular.

✓

### **2.3.1. Maneio comunitário de recursos naturais em Moçambique**

A implementação do maneio comunitário evoluiu com o desenho de instrumentos legais complementares à política, como a lei 10/1999 e o seu regulamento 2002. O alvo comum de todas as iniciativas é constituir instituições fortes e garantir o direito positivo de uso e aproveitamento dos recursos pelas comunidades rurais. Enquanto em 1998 haviam cerca de 30 experiências na sua fase embrionária (Dias et al, 1999), já em 2001 haviam mais de 40 (Matakala e Mushove, 2001) e um levantamento mais detalhado no mesmo ano mostrou haver mais de 60 experiências lideradas pelo governo, ONGs e algumas por Organizações de Comités de Base (OCB's) (Magane, 2001).

Para a implementação do maneio comunitário dos recursos naturais, deve haver órgãos locais com poder de decisão. Salomão (2002), afirma que a base institucional do maneio comunitário dos recursos naturais é composta por actores locais, e esta não pode ocorrer sem que estes tenham poderes decisórios significativos. Para a sua implementação, os intervenientes devem ter o poder e autoridade para criar novas regras locais e modificar as existentes, poder de decisão sobre o aproveitamento a fazer sobre um determinado recurso e/ou oportunidade, assim como responsabilidade para a implementação das próprias leis.

As experiências são diversas em termos de abordagem de estabelecimento de instituições, tipo de recursos explorados, ênfase (garantia de direito positivo aos recursos ou geração de receitas), volume de investimento e priorização de geração de conhecimento (estudos) ou promoção de desenvolvimento local. Contudo, todas iniciativas trazem valiosas lições que podem permitir a melhoria do processo de implementação.

A pressão sobre os recursos florestais no País tem aumentado nos últimos anos como resultado do aumento populacional acentuado, fim do conflito armado que ditou uma maior movimentação e afluência de operadores florestais. Simultaneamente, as mudanças das políticas no âmbito do sector florestal levaram ao envolvimento das comunidades locais na planificação e maneio das florestas bem como na partilha dos benefícios. Neste contexto, a investigação florestal joga um papel preponderante na identificação de

aspectos chave do envolvimento e participação comunitária na exploração florestal, na disseminação de tecnologias e políticas e no conhecimento e promoção do papel da mulher nas actividades florestais, visando a utilização racional dos recursos florestais e faunísticos (Mushove, 2001).

Muitas instituições reconhecem a sua incapacidade em sozinhos realizarem a gestão efectiva dos recursos naturais sob a sua jurisdição legislativa. Como resultado, muitas são as abordagens que têm surgido visando assegurar a participação das comunidades locais para que a gestão dos recursos naturais seja alcançada de forma mais efectiva (Alden Wily, 2001). Segundo Poffenberger (1996), este movimento consiste em pacotes, abordagens ou modelos diferentes cujo objectivo comum é aproveitar a oportunidade de cooperação que existe para que o Estado e as comunidades locais participem equitativamente na gestão dos recursos naturais.

Os ideais do MCRN consideram os interesses e a divisão do poder e de responsabilidades entre os chamados intervenientes (*Stakeholders*). As desigualdades de poder e de autoridade que existem entre respectivos intervenientes constituem o ponto de partida para as negociações (Mushove, 2001).

Ainda segundo o mesmo autor, citando o Governo da Namíbia (2001), para que um programa de MCRN tenha sucesso, deve ser concebido num contexto de 3 subprogramas, nomeadamente, o subprograma de conservação, o subprograma de desenvolvimento rural e o subprograma político. O subprograma de conservação promove a biodiversidade através da criação de um ambiente conducente à capacitação técnica das comunidades locais engajadas na gestão sustentável dos recursos naturais.

O subprograma do desenvolvimento rural promove a criação de condições que favorecem a participação equitativa na utilização e comercialização dos recursos naturais pelas comunidades locais. O subprograma político trata de questões de tomada de decisões, partilha de poder, devolução de direitos, obrigações e leis para fortalecer as instituições comunitárias locais. Desse modo, as comunidades que vivem nos países que têm a maquinaria do governo local não desenvolvida (como é o caso de Moçambique) muito

provavelmente não valorizam a gestão dos recursos naturais que os rodeiam (Mushove, 2001).

#### **2.4. Exploração florestal, transporte e utilização dos produtos florestais**

A exploração florestal em Moçambique pode ser considerada como pouco desenvolvida, pelo facto de se utilizarem basicamente tecnologias não muito avançadas, sendo basicamente usados os tractores e camiões (com carregamento manual ou semi-manual) para o transporte e serras manuais e/ou motosserras para o abate das árvores. A capacidade anual estimada da indústria de transformação é de cerca de 129000 m<sup>3</sup> dos quais perto de 30% é efectivamente utilizada (Siteo, 2003).

De acordo com a Lei de Florestas e Fauna Bravia 10/99, existem dois regimes de exploração florestal: o regime de exploração por licença simples e o regime por contrato de Concessões florestais. A mesma lei define a concessão florestal como sendo “uma área de domínio público, delimitada, concedida a um determinado operador através do contrato de concessão, destinada à exploração florestal para o abastecimento da indústria, mediante um plano de maneio previamente aprovado” (DNFFB 1999).

O período máximo para uma concessão é de 50 anos renováveis, o que implica um plano de maneio a longo prazo, ainda que os 50 anos representem apenas uma pequena porção do período de rotação das madeiras nativas de Moçambique.

O artigo 16 do regulamento da lei 10/99 diz que a exploração sob o regime de licença simples é sujeita a quantidades e prazos limitados (500m<sup>3</sup>/ano e é válida apenas por um ano) e é exercida, exclusivamente, por operadores nacionais e pelas comunidades locais nas florestas produtivas e nas de utilização múltipla, para fins comerciais, industriais e energéticos, com observância do plano de maneio previamente aprovado (DNFFB, 2002).

O consumo próprio é definido na Lei 10/99 como “a exploração exercida pelas comunidades locais sem fins lucrativos para satisfação das suas necessidades de consumo e artesanato, com base nas respectivas práticas costumeiras”.

No seio das comunidades, a exploração de produtos florestais para consumo próprio goza das seguintes facilidades:

- Não necessita de licença formal, fazendo-se de acordo com as normas e práticas costumeiras dessas comunidades tal como indica o artigo 15 no seu número 3 da lei 10/99 (L10/99; a15.3);
- Pode realizar-se em qualquer época do ano, isto é, os períodos de defeso não são aplicáveis a este tipo de exploração segundo consta do regulamento da lei 10/99 no seu artigo 15 número 1 (L10/99; a15.1);
- Ainda segundo o mesmo artigo, a exploração é gratuita, não havendo qualquer taxa a pagar. (Nota: mas é evidente que no direito de utilização gratuita não se podem incluir eventuais unidades industriais da comunidade que usem recursos florestais ou faunísticos como matéria prima para produtos destinados à comercialização).

## **2.5. Impacto da indústria florestal nas comunidades locais**

Segundo Egas (2001), pode-se afirmar hoje que a indústria de produção de madeira serrada em Moçambique é uma das poucas que possui várias unidades industriais ao longo de todo o País, facto que impõe a necessidade de que a relação entre serração e comunidade e os seus impactos para ambos comece a merecer atenção no quadro de desenvolvimento harmónico de comunidades próximas às serrações.

Sabe-se que as serrações podem beneficiar as comunidades mediante a criação de postos de trabalho para a população local, oferta e/ou venda de desperdícios resultantes do processo de serragem a preços baixos, entre outros benefícios. Ainda segundo o mesmo autor, as serrações têm igualmente obtido vantagens das comunidades locais, já que estas podem ser fontes seguras de mão-de-obra e, em alguns casos, mercado seguro.

De acordo com o estudo feito por Egas (2001), na província de Manica sobre o Impacto socio-económico da indústria florestal nas comunidades locais, encontrou-se a seguinte ordem de importância dos factores que influem na relação serração-comunidade:

Em benefício da comunidade:

- Criação de postos de trabalho; Oferta de desperdícios; Criação de emprego indirecto; Contribuição das serrações para o desenvolvimento de infra-estruturas sociais; Criação de hábitos de trabalho na comunidade; Obtenção de serviços de serragem a baixos preços; Plantação de árvores; Aumento da renda familiar; Compra de desperdícios a preços baixos; Compra de madeira serrada a preços baixos.

Em benefício das serrações:

- Obtenção de mão-de-obra barata; Estradas para o transporte de matéria-prima
- Mercado seguro para a madeira serrada; Existência de serviços básicos na comunidade; Mercado seguro para outros produtos da serração; Estradas para o escoamento de produtos finais.

Em prejuízo da comunidade:

- Aumento da densidade populacional; Aumento da concorrência com os produtos locais; Incomodidade devido ao barulho das máquinas; Contaminação ao meio ambiente local; Devastação de florestas próximas as comunidades; Distorção dos hábitos das comunidades próximas

Em prejuízo das serrações:

- Uso de mão-de-obra sem qualificação; Roubo frequentes na serração; Falta de seriedade dos trabalhadores; Sabotagem das propriedades da serração

## **2.6. Problemas gerais do manejo sustentável**

### **2.6.1. A pobreza e o analfabetismo**

O manejo sustentável dos recursos naturais é essencial para a sobrevivência das comunidades e, mesmo a geração de rendimento nacional a longo prazo. Por outro lado, a pobreza cria uma forte tendência e dependência à exploração dos recursos naturais para manter o bem-estar imediato das comunidades. A fome e a urgência de satisfação de outras necessidades básicas não permitem que a comunidade tenha um horizonte de planificação e uso dos recursos a longo prazo. A falta de conhecimento de práticas de gestão sustentável dos recursos naturais e a falta de tecnologias e recursos financeiros dificultam sobremaneira a adopção do manejo sustentável (Nhantumbo e Macqueen, 2002).

Um dos grandes constrangimentos tem sido o processo adequado de capacitação e implementação do manejo comunitário com abordagens diversas a serem adoptadas no que diz respeito à criação de instituições, avaliação dos recursos, mecanismos de obtenção dos direitos sobre os mesmos, formas de exploração para geração de receitas que ofereçam uma base económica mais segura para as comunidades locais (Magane, 2001).

Contudo, a falta de conhecimento geral sobre a gestão dos recursos naturais pode ser solucionada através de parcerias entre as comunidades e o Estado, com ONGs ou ainda com o sector privado, mas para tal é preciso uma estratégia de intervenção e coordenação ao nível nacional (Magane, 2001).

### **2.6.2 Posse de terra**

A falta de propriedade tem sido advogada como sendo a razão da degradação dos recursos. Há cerca de três décadas passadas, Hardin (1968) tentou explicar o problema no contexto de "Tragédia dos comuns". Hardin argumentou dizendo que as pessoas estão num sistema que lhes encoraja a aumentar o máximo possível de exploração dos recursos

escassos, uma situação que leva à degradação dos mesmos, prejudicando assim os próprios usuários. Uma vez que os recursos são abertos para todos, cada usuário tende a maximizar os seus proveitos sem contar com a conservação dos recursos, necessidades e os benefícios de todos. Uma solução para este problema seria trazer o uso sob controlo governamental e/ou a privatização, onde tanto o governo como o privado irá estabelecer regras para o acesso e controlar o seu uso (Hardin, 1968).

### **2.6.3. Queimadas descontroladas**

Normalmente as queimadas descontroladas são provocadas por descuido, negligência, ou insuficiente compreensão das consequências do acto, e nesse caso só há lugar a responsabilidade civil e administrativa. Quando este tipo de queimadas é feito voluntariamente e de má-fé (isto é, com nítida intenção criminosa) é considerada crime pela lei actual, sujeitando-se o infractor à pena de prisão até 1 (um) ano (L 10/99, a40).

Segundo o regulamento 106.1 (R 106.1), a prática de queimadas não permitidas pode fazer com que os seus autores incorram em responsabilidade criminal, civil e administrativa.

O actual Regulamento de Florestas e Fauna Bravia permite o recurso a queimadas desde que para isso seja obtido o acordo prévio das Direcções Distritais de Agricultura (R 106.2). Nestas queimadas há normas de controlo a respeitar, nomeadamente:

- Para evitar o alastramento do fogo devem abrir-se aceiros em volta da área que se pretende queimar; e quem vai fazer a queimada necessita de garantir antecipadamente o apoio de um grupo de vizinhos que ajudarão a impedir que o fogo saia para fora dos limites da área a queimar (R 106.2.c);
- Devem poupar-se as árvores de particular valor patrimonial ou ecológico; este valor patrimonial ou ecológico deriva do porte, forma, idade, localização e outros atributos específicos de cada árvore em causa (R 106.2.b, conjugado com R 105.2);

- Pode acontecer que a queimada provoque a morte de animais bravios que não conseguiram fugir a tempo; neste caso quem faz a queimada terá de pagar as respectivas taxas de abate (R 106.2.d).

## **2.7. Vantagens associadas ao Maneio comunitário**

O maneio comunitário pode trazer várias vantagens para as comunidades, como a melhoria da relação com os privados e a obtenção dos benefícios provenientes da exploração florestal. Portanto, as parcerias entre os concessionários e comunidades e a distribuição dos 20% da taxa de exploração são factores determinantes para o sucesso do maneio comunitário no País.

### **2.7.1. Parcerias entre concessionários e comunidades**

Segundo Nhantumbo e Macqueen, (2002), a lei obriga tanto os concessionários como os licenciados simples a procederem à auscultação das comunidades, definir benefícios e serviços apropriados e cumprir com os acordos firmados.

Noutros países, as parcerias entre o sector privado e as comunidades têm trazido benefícios mútuos. O aspecto central é que os dois lados têm que perceber as vantagens (preferencialmente vantagens financeiras) resultantes das parcerias. Ao mesmo tempo as parcerias apenas funcionam quando integram ou são estabelecidas entre indivíduos capacitados a negociar, quando há clareza na legislação e existe um processo e contrato formal para legitimar as negociações e um sistema independente de aplicar a lei e repreender as transgressões. Neste momento estes mecanismos de operacionalização não existem e urge o seu desenvolvimento (Nhantumbo e Macqueen, 2002).

### **2.7.2. Distribuição dos 20% da taxa de exploração**

Não existe capacidade sem responsabilidade. De acordo com a lei florestal e o desenvolvimento da capacidade da comunidade no maneio dos recursos, é imprescindível que esta assuma a responsabilidade de gerir os recursos financeiros. Na fase inicial do Conselho de Gestão Participativa (CGC), esta entidade vai depender muito do apoio externo e boa vontade das instituições do governo e das ONGs.

A alocação de 20% das taxas de exploração, previsto na lei 10/99, artigo 31.1 e mais tarde, concretizado no regulamento R 102.1, representa o compromisso que o governo tem para criar capacidade de gestão dos recursos naturais independentemente da localização da conta bancária, o princípio fundamental é que o poder de decisão sobre o uso dos recursos financeiros deve recair sobre o CGC em coordenação com a comunidade.

No caso de inexistência de uma instituição bancária ao nível do distrito, torna-se responsabilidade das autoridades administrativas representadas no Comité de Gestão Comunitária (COGEP) organizar e facilitar o acesso aos serviços financeiros. Devem também monitorar a alocação dos recursos financeiros através dos relatórios anuais do CGC (Dias et al, 1999).

Johnstone et al (2004) afirma que os mecanismos para o pagamento e o uso dos valores reais ainda devem ser definidos por um diploma ministerial entre os Ministérios de Agricultura, Turismo e Finanças. Até agora o Ministério da Agricultura aprovou um esboço do diploma, o que faz com que as comunidades (que já estejam organizadas) ainda não estejam a se beneficiar dos 20% das taxas de exploração.

### 3. DESCRIÇÃO DA ÁREA

Todos os dados aqui apresentados foram retirados do plano de desenvolvimento distrital de Cheringoma de 2004 e 2005.

#### 3.1. Localização geográfica e divisão administrativa

O distrito de Cheringoma localiza-se a Nordeste da província de Sofala e está limitado ao Norte, pelos distritos de Caia e Marromeu; a sul pelo distrito de Muanza, a Oeste pelos distritos de Maringué e Gorongosa e a Este pelo Oceano Índico. Geograficamente localiza-se entre as coordenadas: 17° 22' a 19° 07' Sul e 34° 08' a 35° 23' Este.

Ocupa uma superfície de 6954 km<sup>2</sup> e segundo a direcção nacional de terras e cadastro, tinha uma população de 62491 pessoas e uma densidade de 9 hab./km<sup>2</sup>, considerada como uma das mais baixas a nível da província.

O distrito está subdividido em dois Postos administrativos e cinco localidades (tabela 1).

Tab. 1 – Divisão administrativa do distrito de Cheringoma

Postos administrativos	Localidades	Comunidades
Inhaminga (Sede)	Maciambose	Maciambose, Penembe, Bichote, Macalane
	Mazamba	Goronga, Nhamatope, Nhabáua, Massanza.
	Nhataca	Tsotsi (Souca), Dimba, Chite
Inhamitanga	Inhamitanga Nhangue/Pungué	Chironde, Dotha, Luaue, Guma Matondo, Chirimazi, Púngue, Santove.

Fonte: Plano de desenvolvimento distrital de Cheringoma.

#### 3.2. Aspectos biofísicos

O relevo é determinado por duas características fundamentais:

- Na faixa central (denominado planalto de Cheringoma), a altitude máxima atinge os 390 metros em relação ao nível do mar; a medida que se desloca em direcção a

Este o terreno decresce suavemente até atingir a Costa Oceânica.

- Na faixa ocidental, abrangida pela grande fenda do vale do Rift (*Rift-Valley*), as altitudes são baixas e chegam a atingir 40 metros. A encosta oriental da parte do *Rift-Valley* é caracterizada por muitas ravinas e riachos.

O clima do distrito de Cheringoma é do tipo tropical chuvoso (Aw), segundo a classificação de Köppen. A região Central de Inhanga, cobrindo toda faixa ocidental ao longo do vale do "Rift", regista valores médios anuais entre 1000 e 1100 mm de chuva e na região a norte de Inhamitanga e de transição para o vale do Zambeze, a média anual varia entre os 1100 e 1200 mm. Em geral, a distribuição das chuvas é desigual ao longo do ano, cerca de 57 a 73% e a pluviosidade tem tendências de diminuir da costa para o interior.

A temperatura média anual é de 24.2 °C, com excepção da zona norte, na transição do vale do Zambeze, onde a temperatura média anual é de 26 °C. A temperatura máxima registrada na estação seca e chuvosa foi de 43 °C.

Na região do *Rift-Valley* e a norte do distrito, são predominantes os solos do tipo limo-argiloso, enquanto que da zona planáltica até à costa ocorrem com maior frequência os solos franco-arenosos.

Predominam em todo o distrito as florestas baixas, alternando entre densa e aberta.

Os factores geográficos e climáticos permitem estabelecer o esboço fitogeográfico em que se pode distinguir as seguintes zonas:

1º litoral: Encontra-se ao longo da região costeira e compreende três tipos de vegetação: Mangal (mais frequentes: arbustos e pequenas árvores de folhas persistentes e coriáceas), Vegetação das praias e Vegetação das dunas.

2ª Zona Planáltica: Existem florestas de tipo xerófilas onde as espécies dos géneros

*Brachystegia, Cambretum, Terminalia* são as dominantes. Nas galerias florestais da zona abundam espécies como: *Adina microcephala, erythropholenum guinense, Treculia africana, Eugenia guinense, etc.*

3ª Região baixa do rift-valley: Nesta região predomina o matagal e a pradaria. Nas galerias desta região abundam as seguintes espécies: *Kaya nyasica, Parkia filicoidea, Treculia africana, Faurea sp., Erytrophloeum guinense, etc.*

### **3.3. Aspectos socio-económicos**

#### **3.3.1. População e principais actividades económicas**

A maior parte da população vive de forma dispersa e em pequenos aglomerados. O conflito armado influenciou negativamente no crescimento da população e na distribuição territorial equilibrada, pois esta esteve sujeita a frequentes movimentações procurando lugares de maior segurança. De acordo com os dados obtidos no plano de desenvolvimento distrital, esta população é constituída maioritariamente por uma população jovem, entre 0-14 anos.

A Agricultura é a actividade principal pois constitui a base para o desenvolvimento do distrito. As principais culturas praticadas são: milho, mapira, mexoeira e feijão-nhamba. A Pecuária é uma actividade do tipo familiar e destina-se ao auto-consumo e é também usado como fonte de receitas suplementar. As espécies predominantes são: o gado suíno e aves. Estes animais domésticos são comercializados ao longo das principais estradas e na vila-sede, normalmente vendem às pessoas que estão de passagem pelo distrito.

Para além destas também se desenvolve o Comércio e Turismo. O distrito tem um grande potencial turístico, principalmente o do tipo contemplativo e caça. As zonas identificadas como potencial turístico são: Nhamacolola, Chironde e Nhaudengua (já dedicou-se a criação de crocodilos).

### **3.3.2. Infra-estruturas**

Existem actualmente 12 estradas no Distrito, dentre as quais se encontram: a estrada Nacional nº 1 e a estrada regional nº 213, que liga o distrito à cidade da Beira. Para além da rede rodoviária, o distrito dispõe de uma rede ferroviária, que atravessa o distrito no sentido Sul/Norte, ligando a cidade portuária da Beira ao vizinho. Actualmente a linha-férrea está em reabilitação.

As péssimas condições das vias de acesso são as principais causas da inexistência do sistema de transporte de passageiros e de mercadorias dentro do Distrito. As pessoas são obrigadas a percorrerem grandes distâncias a pé ou de bicicleta para poderem comprar sabão, açúcar, sal e outros artigos necessários.

Quanto aos sistemas de comunicação, segundo os dados obtidos, os correios e os telefones já estão operativos, existe na vila de Inhaminga uma cabine telefónica pública.

#### Rede de abastecimento de água

No distrito existem grandes dificuldades em encontrar água em quantidade e qualidade desejada. Este facto deve-se principalmente as seguintes razões:

- O local onde a população se encontra (região planáltica) tem o nível freático numa profundidade superior a 60 metros, o que dificulta a abertura de furos ou poços;
- Regime periódico dos rios;
- Outro facto referente a rede de abastecimento de água é que os furos feitos não estão distribuídos de forma igual, estando a maior parte concentrada na vila sede e na periferia apesar de não estarem equipados de bombas ou de não haver uma manutenção das mesmas, facto que também relaciona-se com a falta de água. Apenas 12 % dos furos abertos estão em funcionamento.

Devido a guerra, não existe nenhuma rede de energia ligada ao distrito. Para além dos geradores dos privados, existe um outro pertencente à Administração do distrito que abastece um número limitado de consumidores.

#### **4. MATERIAIS E MÉTODOS**

O trabalho foi feito em três fases, nomeadamente a fase preliminar, a fase de campo e a fase de análise e processamento dos dados obtidos.

##### **4.1. Fase preliminar**

Nesta fase fez-se a revisão bibliográfica com vista a efectuar a recolha dos dados sobre a área de estudo (localização geográfica, área, temperatura, vegetação, recursos florestais existentes, etc.), os possíveis problemas e modelos de gestão de recursos florestais existentes no distrito, existência ou não de conflitos entre as comunidades e os operadores e outras informações relevantes, bem como um levantamento da literatura sobre o tema em estudo. Este levantamento permitiu obter uma ideia geral sobre a área de estudo e uma base científica sólida sobre o tema de estudo.

Em paralelo, elaborou-se um guião para as entrevistas que foram feitas aos concessionários, representantes do estado e à comunidade. O guião foi feito em função da informação obtida na revisão bibliográfica e ajustado às condições encontradas no campo.

Identificou-se as concessões a visitar e determinou-se o tamanho das amostras a usar para as entrevistas. Foram entrevistadas três, das cinco concessões existentes em Cheringoma, nomeadamente:

- Indústria Madeireira de Moçambique (IMM), por ser a de menor área em relação as outras.
- A Companhia Madeireira de Moçambique (CMM), por ser a que tem uma área intermediária.
- Levasflor, por ser a mais nova concessão na área e por ocupar maior área que todas as outras concessões existentes.
- A concessão da TCT foi usada como base de comparação por esta ser a concessão mais antiga e a mais bem sucedida a nível nacional (Sr. Mauge, 2006,

Comunicação pessoal).

A escolha do número de famílias a entrevistar foi mediante a seguinte fórmula, obtida de Arsham (2005):

$$n = [t^2 N p(1-p)] / [t^2 p(1-p) + \alpha^2 (N-1)]$$

Onde:

n = Tamanho da amostra (número de famílias)

t = valor tirado da tabela t student correspondente ao intervalo de confiança pretendido.

Neste caso ao intervalo de confiança de 95%, tn-1

N = número total da população

$\alpha$  = Erro de amostragem desejado

p = probabilidade de um evento acontecer numa situação binominal neste caso, irá se usar a probabilidade de ½ que corresponde a probabilidade de equilíbrio com 50 % de cada uma das possibilidades, ou seja, quando metade das pessoas diz uma coisa e outra metade diz outra diferente.

NOTA: é importante salientar que para os cálculos, o erro de amostragem variou de concessão para concessão, de acordo com o número de famílias existentes em locais de fácil acesso. Assim obteve-se: 15.2% de erro na IMM, 18% na CMM e 16% na Levasflor.

De acordo com esta fórmula calculou-se para cada concessão, o número de famílias a entrevistar e os valores estão resumidos na tabela abaixo:

Tabela 2. Número de famílias a entrevistar por concessão

Concessão	Número total de famílias ao redor	Número de famílias entrevistadas
IMM	175	34
CMM	112	23
LEVASFLOR	700	34
TOTAL	987	91

NOTA: os dados das famílias ao redor das concessões foram tirados dos respectivos planos de mancio.

Estas famílias foram seleccionadas aleatoriamente dentro das comunidades. Para além

destas, as entrevistas também foram feitas às autoridades locais (uma pessoa em cada comunidade), as autoridades administrativas (pessoal do DPA, DDA e governo distrital) e os 3 concessionários.

#### **4.2. Fase de campo**

A segunda fase do trabalho foi a de ida ao campo, onde por meio de entrevistas semi-estruturadas (ver anexo 1) e de observações no terreno, obtiveram-se dados sobre a situação real do distrito, referentes a gestão dos recursos florestais. De acordo com Eunice e Pijnenburg (2000), este tipo de entrevistas é eficiente para a obtenção de dados duma maneira profunda, permite flexibilidade para esclarecer a pergunta, sondar a resposta ou adaptar-se às pessoas e às circunstâncias da entrevista e tem ainda a vantagem de não exigirem que os entrevistados saibam ler e escrever, para além de ser menos morosa comparada com a entrevista estruturada.

#### **4.3. Análise e processamento dos dados**

A terceira e última fase foi a de compilação dos dados colhidos no campo e a sua triangulação com os da revisão bibliográfica, de modo a se fazer uma análise da situação do distrito. Os dados foram processados de acordo com a sua natureza (qualitativos ou quantitativos). Fez-se uma análise da relação entre a comunidade, o concessionário e o estado, bem como na maneira de utilização dos recursos florestais. Os dados sobre a TCT foram obtidos no local por meio de comunicação pessoal com o proprietário. (Ver no anexo 2).

Dados quantitativos: fez-se a análise de variância (ANOVA) para se verificar a homogeneidade dos dados e a comparação das médias. Fez-se também a análise das frequências.

Dados qualitativos: fez-se uma análise descritiva, com os dados obtidos da frequência. Os dados qualitativos binominais e multinominais, sempre que necessários foram codificados e analisados como se fossem quantitativos.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 5.1. Aproveitamento dos recursos florestais

Antes de focar na descrição dos principais tipos de aproveitamento dos recursos florestais, irá se fazer uma breve análise das principais actividades económicas (tabela 3) e da situação socio-económica da área de estudo. A soma das frequências da tabela 3 não dá 100% pelo facto de serem poucas as pessoas que afirmaram praticar apenas uma única actividade e assim sendo, as pessoas que disseram praticar agricultura também afirmaram praticar pecuária ou trabalhar na serração.

Tabela 3: Principais actividades realizadas

Actividades	Frequência (%)
Agricultura	86.2
Pecuária	37.2
Caça	7.5
Serração	7.5
Comércio	1.1

De acordo com a tabela 3, facilmente pode-se notar que a maior parte da população (86%) se dedica a prática da agricultura, seguida da pecuária (neste caso é, geralmente, a criação de galinhas e cabritos) com 37.2%, da caça (7.5%) e serração (7.5%) e por fim do comércio com 1.1%. Estes dados coincidem com os dados do plano de desenvolvimento distrital, onde apontam que, a agricultura sendo a base para o desenvolvimento do distrito, constitui a principal actividade enquanto que o comércio é a actividade menos praticada.

A agricultura praticada é de subsistência onde as principais práticas são queimadas para limpeza da área e cultivo com enxada para melhoria da estrutura do solo, de acordo com as pessoas que afirmaram praticar esta actividade. Destes 73% afirmou que as queimadas por eles praticadas são muitas vezes descontroladas e portanto em muitos casos elas se alastram por áreas indesejadas. Apenas 25.6% dos entrevistados mostraram ter noção dos efeitos das queimadas descontroladas e afirmaram por isso fazerem queimadas controladas.

O comércio é uma actividade quase ausente pois, de acordo com os entrevistados, apenas 1.1% deles afirma praticar esta actividade. A caça, de acordo com os dados obtidos, apenas é praticada por famílias que encontram-se nas zonas de Maciamboze e Kondue), com a finalidade de venda e auto-consumo.

O facto de a maior parte da população do distrito se dedicar à prática de agricultura e da pecuária, pode estar associado ao baixo nível de desenvolvimento do distrito pois, não existem ainda no local empresas suficientes para empregar grande parte da população, sendo esta obrigada a depender somente da agricultura e da pecuária para a sua subsistência.

Quanto ao comércio dos produtos agrícolas e florestais, pensa-se que, é baixo pelo facto de quase todos praticarem a agricultura e terem acesso livre as florestas, o que faz com que não haja necessidade de grande volume comercial a nível local principalmente para os produtos agrícolas e florestais.

A exploração de carvão podia ser uma forma alternativa de rendimento para as populações mas isso não acontece pois no geral esta actividade não está tão desenvolvida. Esta situação deve-se ao facto da maior parte da população utilizar a lenha como combustível para as suas diversas actividades. Apenas nas localidades próximas da estrada nacional número 1 e próximo ao distrito de Dondo é que observa-se uma relativa abundância do comércio de carvão.

No que se refere a caça, de acordo com os entrevistados apenas 7.5% afirma praticá-la mas, segundo a conversa tida com alguns técnicos da agricultura (nomeadamente o engenheiro Jorge e o Sr. Bechane), com o administrador do distrito e com base nas observações feitas, a prática da caça é um costume na região. Pratica-se a caça tanto para o consumo pessoal como para a venda. Pensa-se que por motivo de represálias os entrevistados preferiram ocultar tal informação.

---

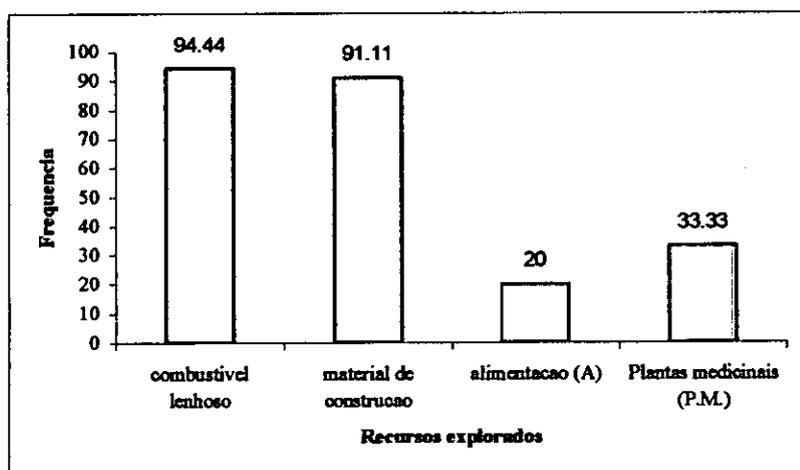
Das poucas empresas existentes no distrito, destacam-se as concessões florestais, que têm

ajudado parte da população no referente ao emprego, mas estas só, não são suficientes, pois empregam apenas 7.5% da população, de acordo com as entrevistas. Esta situação verifica-se pelo facto das empresas existentes terem baixa capacidade de produção para além de existir algumas concessões ainda sem serração nas suas áreas.

De acordo com o engenheiro Jorge (comunicação pessoal, 2006), funcionário dos SPFFB de Sofala, uma forma de pressionar os concessionários para a montagem da serração será o cancelamento das licenças de exploração para aqueles que até ao final deste ano não tiverem uma serração montada na área.

No que se refere ao aproveitamento dos recursos florestais, as entrevistas mostraram que os recursos explorados das florestas no distrito são: combustível lenhoso (94.44%), material de construção (91.11%), plantas medicinais (33.33%) e produtos alimentares (20%) (gráfico 1). Os dados estão indicados por categorias, onde cada categoria corresponde a um total de 100%. Por ausência de algumas respostas, não se chegam aos 100%.

Gráfico 1: Principais recursos explorados



Do gráfico, pode-se notar que de todos os recursos, os mais explorados são o combustível lenhoso (particularmente a lenha) e o material para construção. Todos os entrevistados afirmaram usar catanas e machados para o abate das árvores (e até as vezes as mãos, quando se trata de árvores secas).

Estes dados mostram mais uma vez que o distrito encontra-se pouco desenvolvido, visto que as populações ainda dependem muito da lenha para as diversas actividades (cozinha, iluminação, etc.) e de estacas, palhas, e bambús para a construção das suas casas.

De acordo com os entrevistados não existe nenhuma licença para a exploração do carvão, qualquer pessoa da comunidade pode explorar o carvão. Porém, apenas as famílias que se encontram nas zonas de Maciamboze e Kondue que representam 20% do tamanho da amostra e que encontra-se ao redor da concessão Levas flor é que afirmaram explorar o carvão, com a finalidade de venda e consumo.

Quanto a alimentação, dizer que apenas 20% dos entrevistados afirmam retirar directamente alimentos das florestas (principalmente as frutas) e 33% dos entrevistados retiram plantas medicinais para o tratamento de doenças pois os postos de saúde encontram-se distantes.

Através das entrevistas e observações feitas constatou-se que a madeira é apenas explorada pelos concessionários, não existe na região nenhuma carpintaria que não esteja ligada a um concessionário pois as populações locais afirmam não ter meios próprios nem conhecimentos suficientes para apostar na área de processamento madeireiro.

A partir destas constatações, pode-se notar o quão importante são as florestas para as comunidades do distrito, facto também constatado por Siteo (2003) que afirma ser importante o desenvolvimento do sector florestal, visando o uso sustentável dos recursos florestais, pois as florestas representam a fonte de alimentos, medicinas, energia e materiais de construção para a maioria da população moçambicana.

Pensa-se que o facto de haver livre acesso aos recursos florestais e o incumprimento das regras de uso destes recursos pode contribuir para a sua escassez. Observou-se que, pelo menos nas zonas de estudo, as pessoas não precisam de ter licenças para exploração do carvão. Este facto, de acordo com o administrador do distrito (comunicação pessoal, 2006) está a ser remediado, mediante a formação de grupos de carvoeiros. Pretende-se

que estes venham a “disciplinar” todos os outros carvoeiros, no sentido de saberem quais as espécies que devem ou não usar para a produção do carvão, bem como as quantidades a explorar.

## **5.2. Práticas de manejo e conservação dos recursos existentes**

Quanto as práticas de manejo florestal, de acordo com os entrevistados, as regras de exploração previstas na lei 10/99, referente as classes de uso das espécies florestais e ao respeito pelos procedimentos de queimadas e aproveitamento das árvores secas, não são conhecidas e nem cumpridas, cada membro explora como bem entender e o acesso aos recursos é livre.

Apesar de haver pouco conhecimento sobre as regras de exploração, no entender de 80% dos entrevistados, alguns mitos e crenças contribuem para a conservação dos recursos florestais pois, segundo eles existem árvores que pertencem a espíritos dos antepassados e que portanto não devem ser cortadas, pois quem desobedecer poderá sofrer sanções (como por exemplo, ser devorado por leões). Contudo, existem algumas pessoas (pelo menos 20% dos entrevistados) que não sabem da existência destes costumes.

Fora do acesso livre aos recursos, existem áreas concedidas pelo governo aos privados (neste caso os concessionários) onde o acesso é controlado pelo concessionário, de acordo com os termos e condições de exploração existentes entre o concessionário e as comunidades. Por outro lado, a fiscalização e a sensibilização constituem, até certo ponto, práticas de manejo dos recursos pois tem ajudado no controle do uso e aproveitamento dos mesmos. Tanto o governo, como os concessionários e as autoridades locais tem feito fiscalização de forma a evitar que as populações usem certas espécies de importância madeireira para lenha ou material de construção mas estas não tem tido grandes sucessos.

Segundo o substituto do director distrital da agricultura no distrito, Sr. Samajo (comunicação pessoal, 2006), o governo, em parceria com a Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM), tem feito sensibilizações (por meio de palestras e teatros) para dar a conhecer as comunidades a importância da conservação dos recursos florestais e da

redução do nomadismo (devido a agricultura de subsistência). Não obstante a isso, a ORAM tem trabalhado, com o apoio do governo distrital, na formação de comités de gestão que irão ajudar na divulgação da importância das florestas e principalmente na prática de medidas de controlo e conservação dos recursos florestais nas comunidades do distrito.

Mais da metade dos entrevistados (59%) afirmam conhecer as espécies de importância madeireira e que portanto não as usam para a produção de carvão nem de lenha. Mas a outra parte (40%) nada sabe dessa importância. Os restantes (1%) não tiveram nenhuma opinião.

É costume na zona o uso do fogo para a limpeza dos campos, o que torna-se um perigo para a conservação dos recursos florestais. De acordo com os dados obtidos no campo, 73.3% da população usa o fogo na agricultura e desta apenas 43% afirma conhecer o perigo das queimadas descontroladas e afirma praticar queimadas controladas. Dos entrevistados, 25% mostrou-se não muito preocupado com a situação das queimadas descontroladas. A restante parte (28%) sabe que as queimadas são perigosas mas diz não saber o que fazer para evita-las.

De acordo com o teste de análise de variância (ANOVA) ao nível de confiança de 5%, existe uma diferença significativa ( $P > 0.002$ ) no conhecimento de práticas de conservação dos recursos florestais nas três concessões estudadas. Na região ao redor da concessão IMM, localizada no interior do distrito, longe da vila e da estrada nacional, poucas são as pessoas que conhecem as práticas de conservação dos recursos florestais. O que já não acontece com as populações que vivem ao redor da Levas flor e da CMM, que se situam perto do distrito de Dondo e da vila de Inhaminga, respectivamente.

Pensa-se que esta notável diferença deve-se ao facto de as populações que se localizam perto do distrito de Dondo e da vila de Inhaminga terem maior acesso à informação sobre práticas de conservação dos recursos florestais do que as populações que se encontram no interior do distrito. Esta escassez de informação pode estar relacionada com o péssimo estado das vias de acesso para o interior do distrito ou ao facto de as pessoas do interior

do distrito não darem muita importância a escassez dos recursos florestais.

O uso do fogo para a preparação do terreno não é de todo uma acção errada, desde que se sigam as regras previstas no actual Regulamento de Florestas e Fauna Bravia (R 106.2), onde prevê-se o recurso às queimadas desde que para isso seja obtido um acordo prévio com as Direcções Distritais de Agricultura e que se sigam normas de controlo de queimadas, como abrir aceiros e poupar as árvores de particular valor patrimonial ou ecológico.

Com estes resultados, pode-se notar que a maior parte da população (73%) usa o fogo na agricultura. Apesar de 43% destes afirmar praticar queimadas controladas, de acordo com as observações, levanta-se uma suspeita sobre esta informação, pois notou-se que o nomadismo ainda se verifica na região e que muita vegetação deixou de existir devido as queimadas.

Observou-se também que realmente existe um certo número de pessoas que conhecem o perigo das queimadas pois estas são muito afectadas por este mal mas, apesar disto, a recorrência a queimadas ainda é uma prática constante e um dos poucos métodos que a população tem para limpar com certa facilidade e rapidez os seus campos.

No que se refere ao uso de técnicas de aproveitamento sustentável para a conservação dos recursos, 38% dos entrevistados afirmam não fazer nada porque acreditam que os recursos florestais nunca irão acabar. Dos entrevistados, 29% afirmam aplicar certas práticas de manejo tais como abertura de aceiro para o controlo de queimadas, plantio de árvores, uso de árvores secas para a produção de lenha e deixar o cepo a uma certa altura (que varia de local para local e de acordo com a espécie) para facilitar a rebrotação. Existe ainda parte da população (32%) que diz saber da escassez dos recursos mas que não sabe o que fazer para evitar. Os restantes (1%) mostram-se indiferentes ao que acontece com os recursos florestais.

Pode-se notar, com os dados acima que a maior parte dos entrevistados mostra-se pouco preocupada com a escassez dos recursos florestais. Esta despreocupação pode dever-se ao facto de grande parte da população não permanecer durante muito tempo numa área

(permanecem no máximo 3 a 4 anos). Eles usam os recursos numa região e quando estes terminam tem sempre uma nova região para explorar e assim, vão destruindo grandes áreas florestais sem se preocupar com o amanhã.

Outro facto notável foi o de haverem pessoas que têm consciência da redução dos recursos mas que não sabem o que fazer para evitar. Isto mostra que o trabalho que está sendo levado a cabo pelo governo distrital em parceria com a ORAM, está a ter algum efeito mas, por se encontrar numa fase inicial há ainda muito trabalho pela frente.

O facto da comunidade não estar organizada em comités de gestão e de não haver regras específicas quanto ao uso dos recursos florestais pode contribuir muito para o mau uso e aproveitamento dos mesmos no distrito. Magane (2001) considera que a falta de conhecimento geral sobre a gestão dos recursos naturais pode ser solucionada através de parcerias entre as comunidades e o Estado, com ONGs ou ainda com o sector privado, mas para tal é preciso uma estratégia de intervenção e coordenação ao nível nacional.

Tal como foi constatado por Nhantumbo e Macqueen (2002), o problema da fome e da pobreza influencia negativamente na utilização sustentável dos recursos florestais, pois faz com que as populações não tenham uma boa planificação para o uso dos recursos a longo prazo.

Mushove (2001) considera que as comunidades que vivem em Países que tem a maquinaria do governo local não desenvolvida (Como é o caso de Moçambique) muito provavelmente não valorizam a gestão dos recursos naturais que os rodeiam.

### **5.3. Modelos de gestão dos recursos Florestais: intervenientes e grau de intervenção**

A identificação do modelo de gestão existente no distrito foi na base nos intervenientes na gestão e no seu grau de intervenção. Os intervenientes são as pessoas envolvidas, neste caso, as comunidades, o privado e o estado. O grau de intervenção refere-se até que ponto e como eles intervêm na gestão dos recursos florestais.

Para análise da relação entre os diferentes intervenientes na gestão dos recursos florestais

no distrito de Cheringoma, recorreu-se a triangulação das respostas obtidas nas comunidades, nos representantes do estado e nos concessionários.

De acordo com o engenheiro Jorge (comunicação pessoal, 2006), existem no distrito 2 comités de gestão formados pela ORAM, nomeadamente: Matondo (abrange as comunidades de Matondo, Santove, Punguê e Zangue) localizado ao redor da concessão TCT e Josina Machel localizado ao redor da concessão IMM. O comité de Matondo (em particular a comunidade de Zangue) é o mais organizado de todos, segundo o engenheiro Jorge (comunicação pessoal, 2006), e é o único que irá se beneficiar dos 20% das taxas de exploração.

Os restantes comités ainda não se encontram bem organizados e não podem beneficiar-se destes 20%. Destes comités, somente alguns membros é que sabem da sua existência. O facto de existirem comités de gestão em que parte dos membros não o conhece, mostra que estes comités não estão devidamente formados e que portanto deve-se estudar formas de melhorar esta situação.

Dizer ainda que não existia no distrito, pelo menos até a data da recolha dos dados, nenhum comité formado pelo governo. Esta pode ser considerado uma estratégia de gestão através do maneio comunitário no distrito, apesar de ainda estar numa fase embrionária.

De acordo com o Bonjece (comunicação pessoal, 2006), administrador do distrito, a gestão dos recursos em Cheringoma é feita pelos concessionários, o governo local e os membros das comunidades locais (representados pelos régulos, M'fumos e chefes das comunidades). Eles reúnem-se periodicamente para juntos fazerem um balanço da situação existente. Nestes encontros, os concessionários e os representantes das comunidades expõem as suas preocupações e necessidades ao governo, que por sua vez, ouve e diz quais as suas capacidades e dentro disso todos juntos chegam a uma solução.

O governo neste caso funciona como um mediador. Segundo Rodrigues (2001), este tipo de gestão enquadra-se no modelo 3, onde cria-se uma parceria tripartida entre o privado,

o estado e as comunidades locais. Neste caso particular, cada interveniente entra com parte do capital (financeiro ou social), que pode ser em bens e serviços, tendo uma proporção nos benefícios. O privado é o concessionário, que investe na sua concessão, as comunidades entram com a mão-de-obra e o estado entra como mediador. Olhando para os modelos propostos por Manjate (2004), esta gestão não se enquadra em nenhum deles, poderia se enquadrar no manejo estatal, em que o estado é o dono das propriedades mas tendo em conta o sistema de terra em Moçambique, em qualquer modelo o estado é e será sempre o proprietário da terra.

Um dos grandes problemas neste modelo de gestão é o facto das comunidades não se encontrarem organizadas, o que faz com que seja difícil beneficiá-las e isto tem contribuído muito para que hajam desentendimentos entre estes e os concessionários, embora estes sejam de pequena escala. Por outro lado, as comunidades reclamam pelo aumento de postos de trabalho e mais seriedade no cumprimento das promessas feitas nos planos de manejo.

#### **5.4. Iniciativas locais com vista a melhorar a actual situação**

Com vista a consciencialização das comunidades locais no que se refere ao uso e conservação dos recursos florestais, o DDA adjunto e o administrador do distrito afirmaram que faz parte do plano do governo distrital os seguintes programas:

- a) A implantação da apicultura como actividade alternativa da agricultura, onde se fará a introdução de colmeias melhoradas e a formação de apicultores;
- b) O desenvolvimento de actividades de reflorestamento;
- c) A promoção da prática da agricultura de conservação;
- d) A formação de associações comunitárias (no período das entrevistas, encontrava-se em curso a formação duma associação de carvoeiros). Os carvoeiros formados irão trabalhar dentro das concessões para aproveitarem os restos e desperdícios de madeira.

Ainda de acordo com o administrador do distrito, essas actividades serão desenvolvidas em paralelo com a disseminação (em forma de palestras e teatros) da importância das

florestas e do reflorestamento. Os líderes comunitários que conseguirem manter as suas zonas sem queimadas descontroladas durante um ano serão premiados (não foi especificado o tipo de prémios).

Quanto aos conflitos entre os concessionários e as comunidades, tanto o DDA substituto como o administrador do distrito foram unânimes ao afirmar que a principal causa destes tem sido o incumprimento das promessas por parte dos concessionários. Os dois entrevistados disseram que apenas dois casos de conflitos foram registados, sendo um entre a concessão da Industria Marfer e as comunidades ao seu redor, em que o concessionário prometeu uma moageira que não chegou a colocar. As comunidades fecharam as estradas, impedindo a circulação de pessoas e impossibilitando a exploração dos recursos. O outro caso de conflito deu-se entre a concessão IMM e as comunidades ao seu redor onde as comunidades reclamaram a montagem de moageira e de serração na zona.

De forma a minimizar os conflitos que possam surgir entre os concessionários e as comunidades, o governo local tem feito 2 monitorias em cada trimestre às concessões para avaliar o cumprimento do prometido e tem auscultado as comunidades.

Segundo o engenheiro Jorge (comunicação pessoal, 2006), o governo pretende no futuro: que todas as concessões tenham indústrias florestais no terreno (as que não tiverem, terão as suas licenças para exploração canceladas); criar condições para serrar madeiras duras e diminuir a exportação da madeira em toros, de modo a que todas as comunidades se beneficiem de madeira serrada e seus derivados.

Egas (2001) sublinha a necessidade de se dar mais atenção à relação serração-comunidade e os seus impactos para ambos, no quadro de desenvolvimento harmónico de comunidades próximas às serrações. Sabe-se que as serrações podem beneficiar as comunidades mediante a criação de postos de trabalho para a população local, oferta e/ou venda de desperdícios resultantes do processo de serragem a preços baixos, entre outros benefícios. Ainda segundo o mesmo autor, as serrações têm igualmente obtido vantagens das comunidades locais, já que estas podem ser fontes seguras de mão-de-obra.

## **6. CONCLUSÕES**

A gestão dos recursos florestais no distrito é feita pelo governo, concessionários e pelas comunidades locais. Esta gestão enquadra-se no 3º modelo de manejo proposto por Rodrigues (2001).

As técnicas agrícolas usadas comprometem a sustentabilidade dos recursos florestais, pois não se cumprem as regras de manejo dos recursos florestais, principalmente no que se refere as queimadas.

Parte da comunidade não tem noção de que os recursos são limitados e por isso nada fazem para conservá-los.

As crenças existentes tem contribuído para a conservação de certas espécies florestais mas estas por si só não são suficientes para que a exploração seja sustentável.

A relação existente entre os concessionários e as comunidades ao seu redor é, em geral boa, pois apesar de existir algum descontentamento em ambas partes, não tem se registado problemas graves de conflitos entre eles.

## **7. RECOMENDAÇÕES**

É necessário uma rápida intervenção no distrito, por meio de programas de manejo comunitário, melhorias na fiscalização (por parte do governo e dos concessionários) e a continuação da divulgação da importância da conservação florestal, com vista a garantir a sustentabilidade dos recursos florestais.

Recomenda-se que haja maior rigorosidade sobre os concessionários de forma a fazê-los cumprir com as promessas feitas nos planos de manejo e na prestação de alguns serviços às comunidades.

Deve-se intensificar as colaborações entre o Governo local e as ONG's no sentido de divulgar a importância dos recursos florestais, principalmente dos recursos madeireiros, reduzindo deste modo a invasão das populações em áreas de grande importância madeireira (neste caso, as concessões florestais).

Outra recomendação é que o governo esteja constantemente em contacto com as comunidades e com os concessionários de modo que possa supervisionar de perto a situação que ocorre nestas zonas e que sempre que o concessionário fizer entrega de alguma infra-estrutura ou bem à comunidade, este faça um acompanhamento para verificar como é que esta infra-estrutura ou bem está sendo utilizado pelas comunidades.

De modo a aumentar os postos de trabalho no distrito, sugere-se aos concessionários que diversifiquem as áreas de exploração florestal, que passem a explorar também os produtos não-madeireiros, como é o caso do turismo, caça desportiva, apicultura e piscicultura.

Deve-se criar formas de consciencializar as comunidades locais sobre os perigos das queimadas e a necessidade de se controlar ou mesmo evitá-las.

## 8. BIBLIOGRAFIA

ALDEN, E. 2001. *Forest management and democracy in East and Southern Africa: Lessons from Tanzania*. Tanzania. 11pp.

ARCHAM. 1995. *Questionnaire Design and Surveys Sampling*.

[http://www.mirror-service.org/sites/home.ubalt.edu/ntsbarsh/business-stat;](http://www.mirror-service.org/sites/home.ubalt.edu/ntsbarsh/business-stat;file://G:\Questionnaire520design%20and%20Surveys%20Sampling1.htm)

<file://G:\Questionnaire520design%20and%20Surveys%20Sampling1.htm>. Acessado em 02 de Novembro de 2005.

ARNOLD, J. 1999. *Managing forest commons property*. FAO. 67p.

CHILUNDO, A. e CAU, B. 1999. *Traditional forms of common property rights: a case study in southern Mozambique*. 19p.

DIAS, M. da Luz P., E., FILIMÃO e E., Mansur (1999). *Comunidades e Maneio dos recursos Naturais*. Memórias da 1ª Conferência Nacional sobre Maneio Comunitário dos Recursos Naturais. UICN/DNFFB/FAO. Maputo, Moçambique.

DNFFB. 1997. *Política e Estratégia de desenvolvimento de Florestas e Fauna Bravia*, Maputo.

DNFFB. 1999. *Lei de Florestas e Fauna Bravia*, Maputo. 30pp.

DNFFB. 2002. *Regulamento da Lei de Florestas e Fauna Bravia*, Maputo. 38pp.

EGAS, A. 2001. *Impacto sócio-económico da indústria florestal nas comunidades locais*. Memórias da 2ª Conferência Nacional sobre o maneio comunitário dos recursos naturais, DNFFB/ FAO/ IUCN, Maputo, Moçambique. 188-197pp.

FÓRUM EMPRESARIAL PARA O MEIO AMBIENTE (FEMA). 2003. *Desempenho ambiental na agricultura Comercial e florestas*.

<http://www.fema.org.mz/article/articleview/100/1/32/>.

- GOVERNMENT OF NAMIBIA, 1998. *Launch of Namibia's communal area conservancy programme*. Directorate of Environmental Affairs, Ministry of Environment and Tourism. 2pp.
- HARDIN, G. 1968. The tragedy of commons in: Hardin a J. Baden, editors, *managing the commons*, W.H. Freeman & Co., San Francisco.
- MAGANE, S. 2001. *Directório de Iniciativas de Envolvimento Comunitário na Gestão dos Recursos Naturais no País*. DNFFB. Maputo.
- MANJATE, E. S. 2004. *Arranjos institucionais no manejo das florestas costeiras em Matutuine*. Projecto final.DEF\FAEF\UEM. Maputo.54pp.
- MATAKALA, P. 1998. *Participação pública, análise de género e resolução de conflitos na gestão dos recursos naturais*. Memórias da primeira conferência nacional sobre o manejo comunitário dos recursos naturais. DNFFB/FAO/IUCN. Maputo. Moçambique. 171-177p.
- MATAKALA, P. W. & MUSHOVE, P. 2001. *Arranjos Institucionais para o Maneio Comunitário dos Recursos Naturais (MCRN): Perfis e Análise de 42 Iniciativas de MCRN em Moçambique*. FAO. Maputo, Moçambique. Nhantumbo I. e A. Bila
- MUSHOVE, P. (2001). *A organização de comunidades nos programas de manejo comunitário dos recursos naturais*. Memórias da 2ª Conferência Nacional sobre o manejo comunitário dos recursos naturais, DNFFB/ FAO/ IUCN, Maputo, Moçambique.65-84pp.
- NHANTUMBO, I. & MACQUEEN, D. 2002. *Direitos das Comunidades: Realidade ou retórica?* DNFFB/DFID/IIED. Maputo, Moçambique.64pp.
- PIJNENBURG, B & CAVANE, E. 2000. *Métodos e técnicas de investigação socio-económica*. FAEF/ UEM, Maputo. Moçambique. 78pp.
- POFFENBERGER, M. (Ed) 1996. *Communities and forest management*. IUCN Working Group on Community Involvement in forest Management. IUCN. Washington DC.

RODRIGUES, A. 2001. *Sustentabilidade e conflitos nos modelos de gestão envolvendo as comunidades, o sector privado e os governos locais*: Memórias da II conferencia nacional sobre o maneiio comunitário dos recursos naturais, DNFFB/FAO/IUCN.37-63pp.

SALOMÃO, Alda. 2001. *Descentralização na gestão de recursos naturais: Aspectos legais e institucionais*: Memórias da II Conferência Nacional sobre o maneiio comunitário dos recursos naturais, DNFFB/ FAO/ IUCN, Maputo. 130-137pp.

SITOE, Almeida. 2003. *Programa de Investigação do Departamento de Engenharia Florestal*. Boletim de investigação florestal. Departamento de Engenharia Florestal, Universidade Eduardo Mondlane. Dezembro.

BONJECE, Henriques. 2006. Comunicação pessoal. Administrador do distrito de Cheringoma. Sofala. Inhaminga.

MAUGENTE. 2006. Comunicação pessoal. Técnico dos Serviços Provinciais de Floresta e Fauna Bravia de Sofala. Beira.

JORGE, H.2006. Comunicação pessoal. Técnico dos Serviços Provinciais de Floresta e Fauna Bravia de Sofala. Beira.

BECHANE, S. 2006. Comunicação pessoal. Técnico dos Serviços Provinciais de Floresta e Fauna Bravia de Sofala. Beira.

**ANEXO 1: GUIÃO DE ENTREVISTAS**

**GOVERNO**

1. Dado que nesta área existe um grande potencial florestal, o que o governo tem feito, para dar a conhecer as comunidades locais a importância da conservação destes recursos?

Nada

Palestras

Formação de comités de gestão local

Outro. O quê? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2. Este mecanismo é eficiente?

Sim

Não

Não sei

3. Porquê?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

4. Do plano de desenvolvimento do distrito consta um ponto que fala da conservação dos recursos florestais. Será que a comunidade tem conhecimento deste plano?

Sim

Não

Não sei

5. Caso não, como pensa-se dar a conhecer a comunidade?

\_\_\_\_\_

*Análise dos modelos de gestão dos recursos florestais no Distrito de Cheringoma -  
ANEXOS*

---

---

---

6. Como acha que é a relação entre as comunidades e os concessionários?

- Muito boa
- Boa
- Razoável
- Péssima

7. Porquê?

---

---

---

---

8. O que o governo tem feito para melhorar esta relação?

- Nada
- Exige que o concessionário apresente um documento assinados pelo responsável da comunidade aceitando a sua presença.
- Não sei

9. Existem muitos casos de conflitos entre as comunidades e os concessionários?

- Sim
- Não
- Não sei

10. Quais as causas dos conflitos mais comuns?

---

---

---

---

*Análise dos modelos de gestão dos recursos florestais no Distrito de Cheringoma -  
ANEXOS*

---

11. O que tem feito o governo para resolver o problema?

Nada

Reúne-se com ambas partes para juntos se chegar a uma solução

Apoia aos concessionários.

Apoia as comunidades:

Outro. Qual? \_\_\_\_\_

12. Quais são os planos do governo para o futuro, no que diz respeito ao uso e conservação dos recursos florestais neste distrito?

---

---

---

---

---

---

---

**Obrigada e desculpe pelo seu tempo perdido, foi me muito útil. Até uma próxima oportunidade.**

**CONCESSIONÁRIOS FLORESTAIS**

Nome do proprietário \_\_\_\_\_

Nome da concessão \_\_\_\_\_

1. Qual foi o processo que segui para obter esta concessão?

- Segui todos os passos de acordo com a lei florestal
  - Herdei esta concessão de alguém
  - Nenhum
  - Outro. Qual?
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

2. Foi muito difícil obter esta concessão?

- Não
- Sim
- Não sei

3. Tem plano de manejo feito e aprovado?

- Sim
- Sim mas não está aprovado (segue para a pergunta 5)
- Não ( segue para a pergunta 4)

4. Porquê?

- Nunca me foi exigido
  - Pedi que me cedessem a terra antes e farei o plano depois
  - Outro. Qual?
- \_\_\_\_\_

5. Porquê?

- O governo está a dificultar

*Análise dos modelos de gestão dos recursos florestais no Distrito de Cheringoma -  
ANEXOS*

---

- Está sempre a ser rejeitado
  - Está no despacho
  - Outro. Qual?
- 
- 

6. O que tem feito para beneficiar as comunidades em volta da sua concessão?

- Nada
  - Dá emprego
  - Construção de infra-estruturas ( escolas, postos de saúde, e.t.c)
  - Outro. Qual?
- 
- 

7. Acha que as comunidades estão satisfeitas com a sua presença?

- Sim
- Não
- Não sei

8. Tem havido conflitos com as comunidades?

- Sim (segue para a pergunta 9)
- Não (segue para pergunta 12)

9. O que tem feito para acabar com estes conflitos?

---

---

10. O governo tem interferido nestes problemas?

- Sim
- Não

*Análise dos modelos de gestão dos recursos florestais no Distrito de Cheringoma -  
ANEXOS*

---

11. O que tem feito o governo para resolver o problema?

- Nada
- Reúne-se com ambas partes para juntos se chegar a uma solução
- Sempre fica do nosso lado, afinal temos razão.
- Apoia as comunidades.
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

12. Que instrumentos utiliza para a exploração?

- Catana
- Machado
- Serra manual.
- Motosserra
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

13. Como é feito o transporte/arraste dos recursos explorados?

- Manualmente
- Por meio de tractores
- Por meio de camiões
- Por animais
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

14. Quais são as espécies que explora?

- Umbila
- Jambire
- Messassa
- Brachystegia
- Todas acima mencionadas
- outras. Quais? \_\_\_\_\_

15. Qual é a quantidade mínima de madeira que explora por ano?

- Menos de 500 m<sup>3</sup>

*Análise dos modelos de gestão dos recursos florestais no Distrito de Cheringoma -*  
*ANEXOS*

---

- Entre 500 m<sup>3</sup> a 1000 m<sup>3</sup>
- mais de 1000 m<sup>3</sup>

16. Acha que a forma como explora é sustentável?

- Sim
- Não (continua na pergunta 17)
- Não sei

17. O que pensa fazer para melhorar?

- Nada
- Refazer o meu plano de maneio
- Procurar uma outra área para explorar
- Não sei
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

18. Que conselho daria a outras pessoas que estivessem interessadas em ter uma concessão? \_\_\_\_\_

**Obrigada e desculpe pelo seu tempo perdido, foi me muito útil. Até uma próxima oportunidade.**

**COMUNIDADES LOCAIS**

1. Local: \_\_\_\_\_

2. Regulado \_\_\_\_\_

3. Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

4. Nome: \_\_\_\_\_; Sexo: \_\_\_\_\_

5. Categoria:

- Estrutura tradicional
- Estrutura administrativa
- Simple cidadão
- Outras

6. Se for membro da estrutura tradicional, qual?

\_\_\_\_\_

7. Quais são os recursos florestais que são explorados nesta região?

- Lenha
- Carvão
- Estacas
- Varras
- Frutos comestíveis
- Madeira
- Fauna
- plantas medicinais
- outros produtos. Quais? \_\_\_\_\_

8. Que instrumentos usa para extracção destes recursos?

- Machados
- Catanas
- Motosserras

9. Qual é a quantidade de produtos que explora?

---

10. Para que fim exploram estes recursos?

- Comercial (segue para pergunta 11)
- Não comercial (segue para pergunta 13)

11. Onde tem vendido os produtos extraídos?

---

12. Como é feito o comércio?

---

13. Quem explora os recursos desta zona?

- Todos
- Apenas os residentes a mais de 5 anos
- Não sei

14. Existem algumas espécies que não possa explorar?

- Sim (segue para pergunta 15)
- Não (segue para pergunta 16)
- não sei

15. Se sim, porquê? \_\_\_\_\_

16. Existem áreas onde o acesso é proibido?

- Sim (segue para pergunta 17)
- Não (segue para pergunta 18)
- não sei (segue para pergunta)

17. Se sim, quais são e porquê \_\_\_\_\_

18. Existem outras restrições aos recursos?

- Sim
- Não
- Não sei

19. Estas regras são respeitadas pela comunidade?

- Sim
- Não. Porquê? \_\_\_\_\_

20. Quem controla a exploração florestal nestas terras?

- Os membros da comunidade
- Os concessionários
- Os fiscais do governo
- Todos
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_
- Não sei

21. Como se faz este controlo?

- Através de vigias (para impedir a exploração por pessoas estranhas à comunidade)
- Limitação da quantidade a explorar:
- Proibição do acesso a determinadas áreas.
- Proibição de corte de certas espécies
- Estabelecimento do diâmetro mínimo de corte
- Não se faz nenhum controlo
- Outras formas. Quais? \_\_\_\_\_

22. Se não existisse nenhum controlo na exploração dos recursos florestais, quais os produtos que gostaria que a sua exploração fosse controlada? Porquê?

---

---

*Análise dos modelos de gestão dos recursos florestais no Distrito de Cheringoma -  
ANEXOS*

---

---

---

23. Quais são as actividades que pratica?

Agricultura

Pecuária

Comércio

Turismo

Outra. Qual? \_\_\_\_\_

24. Quais são as técnicas que usa para prática destas actividades?

Queimadas

Sacha

Depende da área

Não sei

25. Sabe qual é a importância que das florestas?

Sim (segue para pergunta 26)

Não (segue para pergunta 27)

26. Se não porquê?

Nunca me interessei

Nunca ouvi falar disso

27. Se sim, tem feito algo para que as árvores não acabem?

Não. Porquê? \_\_\_\_\_

Sim. O quê? \_\_\_\_\_

28. Esta comunidade encontra-se em volta duma concessão floresta. Está satisfeito (a)  
Com a presença desta concessão?

Sim

*Análise dos modelos de gestão dos recursos florestais no Distrito de Cheringoma -  
ANEXOS*

---

- Não
- Indiferente

29. Porquê?

- Não fui informado da sua vinda
- Não cumprem com o combinado
- Tem cumprido, na medida do possível com combinado
- cumprem totalmente com o combinado
- Não gosto do dono
- Outra causa. Qual? \_\_\_\_\_

30. Tem havido conflitos entre as comunidades e os concessionários?

- Sim (segue para pergunta 31)
- Não (segue para pergunta 34)
- Não sei

31. Como a comunidade tem reagido a esses conflitos?

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

32. O governo interfere nestes problemas?

- Sim
- Não
- Não sei

33. O que tem feito o governo para resolver o problema?

- Nada
- Reúne-se com ambas partes para juntos se chegar a uma solução
- Apoia aos concessionários
- Apoia as comunidades.
- Outro. Qual? \_\_\_\_\_

*Análise dos modelos de gestão dos recursos florestais no Distrito de Cheringoma -*  
*ANEXOS*

---

34. O que acha que a sua comunidade deve fazer para que os vossos recursos florestais não acabem?

---

---

---

---

---

---

---

---

35. Tem algo que gostava de acrescentar, só para finalizar esta nossa conversa?

---

---

---

---

---

---

---

---

**Obrigada e desculpe pelo seu tempo perdido, foi me muito útil. Até uma próxima oportunidade.**

## **ANEXO 2: SITUAÇÃO SOCIO-ECONÓMICA DAS CONCESSÕES VISITADAS**

### **1. Concessão da Levas flor**

Das 3 concessões visitadas a da Levas flor é a única que tem o seu plano de maneio aprovado, apesar desta ser a mais nova concessão do distrito.

Segundo o senhor James White (comunicação pessoal, 2006), que é o actual gerente da concessão, esta pertence a igreja anglicana. Os passos para obtenção da concessão não foram difíceis mas ele sublinha que ter uma concessão não é tarefa fácil principalmente pelo facto de já não haver espaço em Sofala e não aconselha (pelo menos em Sofala) a nenhum outro operador a obtenção de uma concessão.

As espécies que eles exploram são na sua maioria a messassa (*Brachystegia spiciformis*), panga-panga (*Millettia stuhlmanni*), Chanfuta (*Azelia quanzensis*), messassa encarnada (*Brachystegia boehmii*) e um pouco de umbaua (*Khaya nyasica*). Exploram mais de 1000 m<sup>3</sup> por ano.

Os planos da concessão são: numa primeira fase, serrar e vender a madeira serrada no mercado interno (dentro do país), numa segunda fase eles pretendem fabricar mobílias para casas, portas e aros para janelas e no final, pretendem promover o ecoturismo.

Na exploração, o abate da madeira é feito basicamente por meio de motosserras, o arraste é feito com tractores e o transporte para serração é feito por meio de tractores com atrelados.

Quanto a relação com as comunidades, o Sr. James White (comunicação pessoal, 2006), diz que é em geral boa pois para ele grande parte da população mostra-se satisfeita, ou pelo menos não mostra o contrário. Quanto aos benefícios que tem dado as comunidades ao redor, o entrevistado disse que dão emprego (de momento empregaram 35 pessoas

mas este número irá aumentar para 250), tem um posto de saúde com atendimento grátis para os trabalhadores da serração e seus familiares e pretendem construir uma moageira e escolas.

De acordo com as observações feitas no local e comparando com a TCT, a Levas flor é uma concessão que se continuar com a boa gestão irá competir com a TCT, afinal tem o mesmo gerente.

## **2. Concessão da IMM**

Na Concessão da IMM entrevistou-se o Sr. Abdul Magid, proprietário da concessão. Ele disse que foi difícil obter a concessão, que teve muita complicação para obtê-la e que ainda esta a ter problemas com o plano de manejo que está constantemente a ser rejeitado.

Disse ainda que como benefício para a comunidade ao redor da concessão, fez furos de água. Ele não sabe se as comunidades estão ou não satisfeitas com a sua presença e sublinha que caso não estejam ele não poderá fazer mais do que tem feito.

A serração desta concessão está localizada na cidade da Beira pois segundo o entrevistado lhe sairá muito caro fazer uma outra serração dentro da concessão, de momento ele não tem condições. O Sr. Abdul Magid diz ainda que não tem tido grandes problemas de conflitos com as comunidades locais.

Em resposta a pergunta sobre a intervenção do governo no relacionamento com as comunidades locais, ele diz que o governo tem interferido através da imposição legal que prevê que quem não beneficiar as comunidades não terá licença para corte. Contudo, ele acha isto muito injusto pois a população da zona não quer trabalhar e fica difícil ajudar a quem não trabalha.

O abate da madeira para a exploração é feito por meio de uma motosserra e o transporte por meio de tractores e camiões. As espécies exploradas são Messassa (*Brachystegia spiciformis*) e Mutondo (*Combretum zeyheri*), exploram de momento entre 500 a 1000 m<sup>3</sup> de madeira, número este que poderá duplicar com o novo plano de maneio. Ele considera sustentável a forma como explora (apesar de não ter dados suficientes para suportar a ideia) e não pretende fazer nada para melhorar a exploração (talvez depois de ter um plano de maneio aprovado).

O entrevistado disse ainda que, ter uma concessão não vale a pena (quando a área é pobre em recursos florestais) e que se alguém estiver interessado ele até está disposto a vender a dele, pois segundo ele o governo não ajuda; diz ainda que talvez se encontrar uma área rica em espécies comercializáveis é que este negócio será rentável.

Das concessões visitadas, a IMM é a única que não tem serração na área e, de acordo com o eng. Jorge (comunicação pessoal, 2006) corre o risco de ter a sua licença cancelada pela DDA.

### **3. Concessão da CMM**

A concessão da CMM, segundo o Sr. Constantino Fernando, gerente da mesma (comunicação pessoal, 2006), pertence ao Sr. Jane André Soanapoel, ainda não tem o plano de maneio aprovado pois este foi devolvido para se fazer algumas rectificações mas, está sendo feito o novo plano e pensa-se que este não será devolvido.

Como benefícios para a comunidade, a CMM para além de dar empregos, tem postos de venda de madeira no distrito, onde vendem a preços baixos para as populações locais pois há dificuldades em encontrar madeira serrada para diversas actividades. Para além disso, esta é até então a única concessão que oferece madeira serrada para a administração do

distrito, para casos de funerais. Existe na serração um posto de saúde com atendimento gratuito para os trabalhadores. Segundo o entrevistado, as comunidades estão satisfeitas com a presença da concessão e não tem tido problemas de conflitos.

Para exploração e transporte dos produtos eles usam basicamente a motosserra, tractores e camiões. As espécies exploradas são a umbila (*Pterocarpus angolensis*), messassa (*Brachystegia spiciformis*), monzo (*Combretum imberbe*), missanda (*Erythrophloeum suaveolens*), mucurati (*Burkea africana*) e muimbe (*Julbernardia globiflora*), numa quantidade entre 500 a 1000 m<sup>3</sup> por ano. O Sr. Constantino considera sustentável a forma como exploram e de forma a melhorar cada vez mais a exploração, existe o plano de se montar um game farm na área, continuar a fazer o reflorestamento e melhorar o controlo da regeneração.

Ele acha que a exploração madeireira é um negócio rentável mas que vale a pena quando se tem licença simples ao invés de concessão.

#### **4. Concessão da TCT**

A concessão da TCT, conhecida como a concessão modelo na região centro, pertence ao Sr. James White (comunicação pessoal, 2006), actual gerente das levas flor, acima referida, e é a mais antiga concessão do distrito. Ela está rodeada pelas seguintes comunidades: Matondo, Santove, Punguê e Zangue. Tem uma população de aproximadamente 3000 pessoas. 80% dos trabalhadores da concessão são da população local.

Para além de se dedicar a exploração madeireira, a TCT dedica-se ao turismo, tendo para tal construído um lodge que permite que os turistas se deliciem da paisagem e descansem.

Como benefícios para as comunidades ao redor da concessão, a TCT oferece:

- Cursos para formação dos trabalhadores com vários níveis (para áreas de carpintaria, atendimento ao público, e.t.c.) pois os salários dos trabalhadores dependem desses níveis

- 35 Casas gratuitas para os trabalhadores
- Posto de saúde e escolas para os trabalhadores
- Loja, em que os trabalhadores podem levar artigos a crédito
- Horas extras (os que tiverem horas extras recebem o dobro do seu salário normal)
- Bónus para os melhores trabalhadores

Para além de tudo o que a empresa oferece, existe na concessão um régulo permanente que faz as cerimónias sempre que necessário e que serve como elo de ligação entre a concessão e as comunidades. Mesmo assim, a empresa tem enfrentado problemas como a falta de entendimento com os outros régulos, o que faz com que as populações tenham receio de se aproximar à concessão.

A empresa, segundo o entrevistado, quis ajudar as comunidades oferecendo bombas de água para as hortas, madeira para construção de escolas, treinamento de pessoal para a produção de mel, apoio para produção de tijolos mas mesmo assim apenas o regulado de Zangue é que se mostrou interessado.

Houve uma vez em que durante uma reunião entre os régulos, o concessionário e o governo, os régulos pediram uma moageira e a TCT deu financiamento as comunidades, comprometendo-se a fazer manutenção mas a moageira não durou.